http://www.sistemafaep.org.br/arquivo/index.html?catalog=BI1440

PAGEFLIP.io

Pressione F11 para sair do modo tela cheia

Aos leitores

Uma discussão que se arrasta há mais de 40 anos tem inviabilizado bons negócios no Paraná. Enquanto segue o debate se o Estado deve ou não terminar com a vacinação contra a febre aftosa, os pecuaristas paranaenses têm deixado de faturar boas cifras. E o pior, assistem os vizinhos de Santa Catarina, que não vacinam contra a doença há mais de uma década, faturarem mais.

Num momento em que a sanidade é fator primordial na produção agropecuária, não há mais espaço para discussão deste tipo. O Paraná reúne todos os requisitos sanitários para encerrar a vacinação contra a doença no curto prazo. E, realizar as etapas para pleitear o status de Zona Livre de Aftosa Sem Vacinação até 2021.

Esse selo colocará o Paraná em uma outra prateleira no mercado global. Países que hoje se fecham para os produtos do Estado, por conta da vacinação, irão comprar daqui. Até porque a qualidade paranaense é comprovadamente de ponta. E isso não cabe apenas para a carne bovina. Os reflexos positivos (e financeiros) serão para todas as cadeias de proteína, do peixe ao porco, passando pelo leite e ave. Isso fica evidente na matéria de capa deste Informativo, que mostra, entre outros dados, que os avicultores catarinenses faturam 272 dólares a mais por tonelada em relação ao que sai do Paraná. Passou da hora do Paraná mudar seu status sanitário e, a reboque, as cifras envolvidas nos negócios.

Boa leitura!

Expediente

• **FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná**
Presidente: Ágide Meneguette | Vice-Presidentes: Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pietin Junior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Junior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Theresa da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Akuzio Zafanelli

• **SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR**
Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini – SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• **BOLETIM INFORMATIVO**
Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho
Redação e Revisão: André Amorim e Antonio Carlos Senkovski
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figueiredo
Contato: *imprensa@faep.com.br*

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1440:
Fernando Santos, divulgação, shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE

FIM DA VACINAÇÃO
Paraná busca o status de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação para abrir as portas de novos mercados
PÁG. 6

CONCURSO AGRINHO
Professores e alunos têm até dia 14 de agosto para enviar os trabalhos
Pág. 3

ENTREVISTA
Diretor presidente da Adapar destaca as estratégicas do Paraná para obter o reconhecimento junto a OIE
Pág. 10

HISTÓRIA
Mona Lisa, um dos quadros mais famosos do mundo, desapareceu dois meses por conta de um roubo
Pág. 12

INTEGRAÇÃO
Núcleo de Cadecs, iniciativa da FAEP, define dirigentes para reformar as negociações do campo
Pág. 14

ESOCIAL
FAEP e Receita Federal capacitam mais de 170 colaboradores de 133 sindicatos rurais
Pág. 16

EDUCAÇÃO

Concurso Agrinho 2018 está com as inscrições abertas até 14 de agosto

Premiação das categorias inclui tablets, notebooks, projetores multimídia e automóveis. Festa de premiação irá acontecer no dia 5 de novembro, em Curitiba

As escolas, alunos e professores que participam do Programa Agrinho 2018 já podem se inscrever no Concurso Agrinho deste ano. Com o tema "As coisas que ligam o campo e a cidade e nosso papel para melhorar o mundo", o concurso abrange as categorias Redação, Desenho, Experiência Pedagógica, Escola, Município e Núcleo Regional Agrinho. Ao todo são três etapas: local (quando as instituições de ensino escolhem os melhores trabalhos para representarem as escolas), regional e estadual (escolha da comissão avaliadora). Entre os prêmios estão automóveis, tablets, notebooks e projetores. Para participar do concurso é preciso preencher um formulário por meio de um sistema e os materiais devem ser enviados pelos Correios até o dia 14 de agosto. Neste ano, a festa de premiação irá acontecer no dia 5 de novembro, em Curitiba.

As inscrições sempre deverão ser feitas pelos professores e/ou diretores das escolas e/ou colégios agrícolas participantes. Cada categoria tem regras específicas que devem ser observadas atentamente. Um item indispensável em todas as inscrições é preencher um formulário por meio de sistemas (um para o Agrinho e outro para o Agrinho Solos), que estão disponíveis no site do Agrinho.

É importante lembrar que uma vez gerada a ficha de inscrição é necessário ficar atento ao carimbo da instituição e à

2 | 3
MIN MAX

http://www.sistemafaep.org.br/arquivo/index.html?catalog=BI1440

PAGEFLIP.io

SANIDADE

Sem vacina e com mercado

Por André Amorim

Ouça o áudio da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Paraná acelera o passo na busca pelo status de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação. Medida abre mercados que irão pagar mais pela qualidade da carne paranaense

A contagem regressiva para que o Paraná seja reconhecido como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação já começou. No dia 18 de junho deste ano, o diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Afonso Kroetz, encaminhou ofício ao diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), Guilherme Marques, solicitando que o órgão realize uma auditoria no Estado, visando a suspensão da vacinação e o reconhecimento como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação.

Essa será a segunda auditoria realizada pelo Mapa no Paraná este ano. Em janeiro, profissionais do Ministério avaliaram os programas, estrutura, capacidades técnica, financeira e administrativa do nosso serviço de vigilância da sanidade agropecuária. O objetivo foi verificar se o Estado reúne condições de obter este novo status sanitário e depois mantê-lo adequadamente.

O resultado foi ótimo. O Mapa avaliou o serviço sanitário paranaense como um dos melhores do Brasil. Essa condição reforça o pleito do Estado de antecipar o cronograma para se tornar Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação em 2020, obtendo este reconhecimento junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2021.

Segundo Kroetz, da Adapar, a febre aftosa é uma doença que mede, como um termômetro, a qualidade do serviço veterinário oficial. "Então, não se trata apenas de um título referente a uma doença, mas sim ter todo um serviço veterinário a altura, que seja capaz de garantir o Estado livre da doença sem vacinação", afirma. Nesse sentido, o reconhecimento da OIE do Paraná como Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação será o coroamento de uma defesa agropecuária robusta e eficaz.

US$ 272

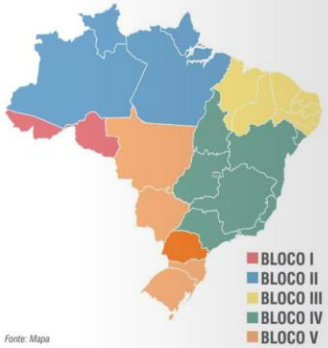
Esse é o valor que Santa Catarina recebeu a mais que o Paraná por tonelada de frango exportado em 2017

37,9%

das exportações brasileiras de carne suína foram realizadas por Santa Catarina, enquanto o Paraná participou com apenas 13,8%

O Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA) do Mapa, dividiu o Brasil em cinco blocos regionais para a retirada gradual da vacina. O Paraná inicialmente integra o Bloco V, junto com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina (que já é área livre de febre aftosa sem vacinação), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ocorre que este bloco, de acordo com o cronograma estabelecido pelo PNEFA, só se tornaria livre da vacinação em 2023, um horizonte muito distante da

Regionalização dos blocos do PNEFA



Fonte: Mapa

6 | 7
MIN MAX

http://www.sistemafaep.org.br/arquivo/index.html?catalog=BI1440

PAGEFLIP.io

vontade dos pecuaristas paranaenses e da capacidade do Paraná de estruturar sua defesa sanitária animal.

Além disso, existem diferenças de visão estratégica entre os Estados. Enquanto Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm seu grande potencial econômico na produção de aves e suínos, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul possuem foco na produção de bovinos. Por conta disso, pode haver diferentes interesses em investir na busca deste novo status sanitário.

Fato evidente destas diferenças são as divisas que entraram no Estado em 2017 por meio da exportação de carnes. Naquele ano o Paraná respondeu por 14,5% da carne suína exportada pelo Brasil e 35,2% da carne de aves. Já a participação paranaense na exportação de carne bovina ficou em 1,8%. Isso indica que a cadeia da bovinocultura é importante, mas não tem tanto peso na nossa economia quanto a suinocultura e avicultura.

Essa condição se repete nos três Estados da região Sul, que juntos responderam por 84,9% das exportações brasileiras de carne suína no ano passado, 77,5% das exportações de aves e só 5,1% de carne bovina.

Aguardar que todo Bloco V se estruture para retirar a vacina não é estratégico para os produtores paranaenses, uma vez que o Estado já tem todas as condições técnicas para isso. Dessa forma, o pleito do Paraná é que o Estado siga, de forma independente, o mesmo cronograma do Bloco I, que seria reconhecido como área livre da doença sem vacinação em 2021.

Mercado premium

A partir da conquista deste novo status sanitário, o Paraná poderá buscar novos mercados que pagam mais pela qualidade da carne. Apesar da espécie vacinada contra a febre aftosa ser a bovina, os impactos se refletirão em todas as cadeias de proteínas animal e vegetal, principalmente na avicultura e suinocultura, atividades nas quais o Paraná é tido como referência nacional e mundial na produção, tanto na qualidade como na quantidade.

Como maior exportador de aves e segundo maior rebanho de suínos do Brasil, o Estado teria grandes vantagens com a retirada da vacinação. "Esse reconhecimento de Zona Livre da Febre Aftosa Sem Vacinação, na verdade, é um atestado de que temos um bom sistema de defesa", observa o diretor executivo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundepec), Ronei Volpi. Segundo ele, há mais de 40 anos o Paraná busca o fim da vacinação no Estado. "O último caso de aftosa no Brasil foi registrado há mais de 12 anos, já é hora de darmos este passo", avalia.

CRONOGRAMA DO PARANÁ

1º semestre de 2018: Auditoria Mapa

2º semestre de 2018: Auditoria Mapa/PNEFA

Maio de 2019 – Última campanha de vacinação contra febre aftosa. Comunicado à OIE informando que a partir desta data, o Paraná não vacinará mais seu rebanho.

Julho a Agosto de 2020 - Mapa realiza buscas para verificar que não há circulação viral no Estado.

Outubro 2020 – Mapa formaliza o pedido junto à OIE

Maio de 2021 – Assembleia Geral da OIE, em Paris, reconhece o novo status sanitário do Paraná

A importância da proteína animal para a economia do Paraná

As três principais cadeias de proteína animal (ave, suíno e bovino) têm um peso significativo na economia do Paraná. Em 2017, o Valor Bruto de Produção (VBP) do frango atingiu R$ 13,05 bilhões, valor que representa 15% do faturamento da produção agropecuária paranaense, de acordo com dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab). No mesmo ano, a suinocultura contabilizou R$ 3,77 bilhões, enquanto a bovinocultura outros R$ 3,36 bilhões, ambas as cadeias com 4% de participação do Valor Bruto da Produção agropecuária. Com o reconhecimento de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, esses valores irão aumentar significativamente, com o acesso a mercados que pagam mais.

Para o economista especialista em defesa comercial e negociações internacionais, Welber Barral, esse status sanitário colocaria o Paraná ao lado dos principais países exportadores de alimentos, além de simplificar os requisitos de obtenção de certificado sanitário e licenças de importação junto aos principais mercados compradores. "Para atingir os mercados premium, normalmente se exige um elevado status sanitário. A área 'com vacinação' acaba, às vezes, sofrendo barreiras não-tarifárias, além da dificuldade em habilitar plantas exportadoras", observa. Além disso, segundo o especialista, "os mercados premium (como Europa) pagam 30% a mais do que países com menores exigências sanitárias" afirma.

É muito fácil verificar esta diferenciação quando comparamos nossas vendas com nosso vizinho, Santa Catarina, que já possui o status e Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação desde 2007. Em 2017 a tonelada do frango paranaense foi exportada por US$ 1.595,65, em média, enquanto que a tonelada da ave de Santa Catarina foi comercializada em média por US$ 1.867,98, valor cerca de 17% superior. Mesmo que os cortes e tipos de ave produzidos nos dois Estados sejam diferentes, ambos estão enquadrados na mesma classificação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Essa comparação indica que o Paraná tem condições de colocar seu produto em um mercado que paga mais pela qualidade, gerando maior renda para essa cadeia produtiva e trazendo maiores divisas para a balança comercial paranaense. Números da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) de 2016 (o mais recente disponível) confirmam o potencial de crescimento que o Paraná terá quando assumir o posto de Livre de Aftosa Sem Vacinação. Naquele ano, o Brasil exportou 732,9 mil toneladas de carne suína, sendo que Santa Catarina representou 37,9% do total, enquanto o Paraná, que tem as portas fechadas de muitos países compradores por ainda ser área livre de aftosa com vacinação, apenas 13,8%.

Na opinião de Kroetz, hoje o Paraná disputa mercados de "carne commodity" com outros Estados e países que têm muito mais produto para vender, de modo que são mais competitivos. "Essa conta não fecha. No momento em que tivermos produto, e não commodity, que tivermos cortes e não carcaças para vender, vamos agregar muito valor à nossa produção. E o produtor vai ter incentivo para se preparar para oferecer o produto que o mercado quer, pois vai receber mais por isso", avalia.

Para o dirigente da Adapar, esse processo não é automático. "Num primeiro momento iremos conquistar mercado. O que temos certeza hoje é que esses mercados que não compram do Brasil pagam até US$ 3.600 por tonelada de carne suína, por exemplo, enquanto nós vendemos a US$ 1.800 para outros mercados. Claro que não é o mesmo produto, não é carcaça, são cortes específicos, o que agrega muito valor à carcaça. Mas conseguindo colocar o coxão mole, o filé, o contrafilé, que são partes nobres tanto do bovino quanto do suíno, a um preço melhor que uma commodity, você torna mais competitivas as outras peças e agrega mais valor ao todo", considera.

Para que a defesa agropecuária paranaense chegasse ao bom nível atual, a participação do setor privado foi fundamental. A FAEP encampou diversas lutas neste campo, que geraram bons frutos, como a criação do Fundo Garantidor Sanitário e do Fundepec na década de 1990, do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa), que tem por finalidade orientar as políticas de defesa agropecuária no Paraná, e mais recentemente os Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs). A própria Adapar, criada no governo Beto Richa, foi uma sugestão da Federação, que já observava a importância de vender segurança alimentar, e não apenas produto, para ganhar mercado.

8 | 9
MIN MAX

http://www.sistemafaep.org.br/arquivo/index.html?catalog=BI1440

PAGEFLIP.io

ENTREVISTA

O Paraná está pronto!

Há mais de 40 anos o Paraná busca o fim da vacinação contra a febre aftosa. O motivo é simples. Com o reconhecimento de Zona Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, a carne paranaense, independentemente da cadeia, poderá acessar mercados que pagam mais, que hoje estão fechados devido a vacinação.

Para o diretor presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Afonso Kroetz, o pleito do Paraná para seguir o calendário do Bloco I irá permitir que o Estado obtenha o reconhecimento junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2021. Algo estratégico para todos os elos da cadeia produtiva, conforme destaca o dirigente na entrevista a seguir.

Boletim Informativo - Quais as vantagens para o Paraná de obter o status de área livre de febre aftosa sem vacinação?

Inácio Kroetz – Ter o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação é o reconhecimento de um serviço veterinário de excelente qualidade. Não é apenas um diploma, esse título representa o coroamento de um trabalho que se fez em todos os programas de saúde animal e que permite assegurar que a região que pleiteia esse reconhecimento internacional cumpriu todas as etapas, todos os programas e pode também garantir a sua sustentabilidade. Chegar ao título de área livre não é tão difícil quanto parece, o que é um pouco mais profundo e deve ser muito bem avaliado é a sustentabilidade desse título, pois uma vez retirada a vacinação, esta condição deverá ser mantida, com segurança.

A sustentabilidade econômica, administrativa e técnica da defesa agropecuária paranaense se faz em parceria com todos os atores que dependem de uma certificação sanitária que permite o comércio no Estado, no País e para exportação. Essa certificação se lastreia nos resultados da vigilância, fiscalização do Serviço Veterinário Estadual junto com o Serviço Federal. Mas a grande parte das ações preventivas tem início nas boas práticas de produção e manejo dentro das propriedades, na base, na produção primária.

BI - O Paraná tem condições de pleitear este status e depois mantê-lo?

IK – Considerando os resultados de auditorias e supervisões, disponíveis na Adapar, nós acreditamos que sim. Em janeiro deste ano tivemos uma auditoria promovida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) nos moldes preconizados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) que verificou a capacidade e a qualidade do nosso serviço veterinário como um todo; programas, estrutura, capacidade técnica, financeira e administrativa. Solicitamos, especificamente para o PNEFA (Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa) uma auditoria no segundo semestre deste ano para verificar com mais profundidade a possibilidade de atingir a meta de não vacinar mais a partir de maio de 2019.

> **"Ficar aguardando o Bloco V não é estratégico para o Paraná"**

Isso será possível se houver interesse econômico, se tiver suporte político, e uma estratégia adequada. Tecnicamente nós esperamos que isso seja possível, e é isso que vai ser verificado mais profundamente na próxima auditoria do Mapa. Aí então o governo poderá, junto com as diversas cadeias de produção de proteína animal de interesse, definir se é adequado, ou não, suspender a vacinação de bovinos e búfalos contra febre aftosa, após 31 de maio de 2019.

Temos que lembrar que todas essas atividades econômicas absorvem gente, investimentos, geram renda, ajudam a fixar o homem no campo, no desenvolvimento de cidades, regiões. Esse escoamento gera divisas ao Estado e para ilustrar citamos que, só com a exportação de carne de frango, no ano passado ingressaram mais de US$ 2,5 bilhões na economia paranaense.

BI - Após essa segunda auditoria do ministério, quais seriam as próximas etapas para conquistar esse status sanitário?

IK - Na realidade o cronômetro já disparou. Ao solicitarmos a auditoria do PNEFA para verificar as nossas possibilidades o Mapa já iniciou os seus preparativos. Dependendo do resultado da auditoria, a questão será levada ao governo estadual, então as autoridades políticas, o executivo e o legislativo, com assessoria dos órgãos técnicos, junto com o setor produtivo, a indústria e o setor primário, irão verificar se o momento é adequado e, se as garantias são suficientes para dar esse passo. Em cima disso, falando muito resumidamente, o ministério toma suas providências como verificar o funcionamento dos controles de trânsito agropecuário, os cadastros de explorações animais de interesse, a informação e educação nos assuntos de saúde animal, recursos estruturais, humanos e financeiros, solicitar periodicamente a vigilância quanto à circulação viral, ou não, no estado e, informar a indústria de vacinas sobre a produção de vacinas no futuro próximo, excluindo da demanda o rebanho de bovinos e búfalos no estado o Paraná, dentre outras providências.

Nesse diapasão, também muito resumidamente, em maio de 2019 ocorreria a última etapa da vacinação e seria comunicado à OIE que o Paraná, a partir desta data, não vacinaria mais seu rebanho. Passado um ano sem vacinação, após maio de 2020, teremos 90 dias em que o Mapa fará novas buscas pelas garantias que foram apresentadas e de que não há circulação viral no Estado. O ministério tem até outubro para formalizar o pedido. A partir daí não poderemos mais ter animais apresentando níveis de anticorpos compatíveis com a presença do vírus. Tudo correndo bem, em maio de 2021 será reconhecido, na Assembleia Geral da OIE, em Paris, o novo status sanitário do Paraná em relação à febre aftosa. A partir disso, os mercados evidentemente irão se mobilizar para produtos paranaenses, não só para carne bovina, mas para todas as carnes.

BI - Que tipo de ganho financeiro o setor pode obter com a conquista desse status?

IK - Num primeiro momento será a conquista de mercado. O que temos certeza hoje é que esses mercados que não compram do Brasil pagam até US$ 3.600 por tonelada de carne suína, por exemplo, enquanto nós vendemos a US$ 1.800 para outros mercados. Claro que não é o mesmo produto, não é carcaça, são cortes específicos, o que agrega significativo valor à carcaça. Mas conseguindo colocar o coxão mole, o filé, o contrafilé, que são partes nobres tanto do bovino quanto do suíno, mudando apenas a nomenclatura, a um preço melhor que uma commodity, você torna mais competitivas as outras peças e agrega mais valor ao todo.

Isso não é imediato nem automático, leva um tempo até gerar uma produção adequada àqueles novos mercados. O mercado japonês, por exemplo, tem suas características. Ele valoriza cor, marmoreio da carne e cortes padronizados. E é no campo que você começa a trabalhar esses produtos, que são o resultado de ações que andam juntas, ou precisam ser ajustadas, entre os quais destacamos genética, manejo, nutrição, sanidade, processamento, certificação e mercado.

É imperativo agregar valor ao nosso produto, tanto de bovinos (9° produtor nacional) como de suínos (2° produtor nacional), pois hoje estamos vendendo commodity e não acessamos os melhores mercados para carne de bovinos nem para carne de suínos. Enquanto o Paraná ficar disputando espaço em commodity com outros estados e países que tem muito mais competitividade, essa conta continuará não fechando. Mas no momento em que tivermos produto e não commodity; que tivermos cortes e não carcaças para vender, vamos agregar valor à nossa produção e o produtor vai ter estímulo para se preparar e oferecer o produto que o mercado quer, seja no mercado nacional ou de exportação.

BI - Qual o ônus do Paraná se ele continuar no bloco V do PNEFA?

IK – Pode se tornar um ônus pesado. Não podemos esquecer que na região Sul temos 77% das exportações da carne de frango, 85% de carne suína e pouco mais de 5% de exportação de carne bovina. Então os três Estados do Sul que fazem parte do bloco V, são os três maiores produtores de proteína animal do Brasil. Os outros dois Estados do Bloco, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso se destacam na produção de carne bovina. Então é uma visão muito diferente. Do ponto de vista de produção e exportação, o que é mais significativo para o Paraná? Avicultura e suinocultura. O que é importante para Santa Catarina? Suinocultura e avicultura. Quais são as cadeias de produção mais importantes, tratando-se de demanda de Serviço Veterinário para os três Estados do Sul? Avicultura, suinocultura e bovinocultura de leite. E para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul? Bovinocultura de corte. Dessa forma você tem dois olhares estratégicos totalmente diferentes dentro do mesmo bloco. Então não nos iludamos, o bloco não significa formação de uma zona livre, é um caminho para área livre, mas não vai andar como um relógio. A possibilidade de isolar individualmente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná é diferente da do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Por isso, ficar aguardando no cronograma do bloco V, na atual conjuntura, não é estratégico para o Paraná.

> **"Temos que agregar valor ao nosso produto, pois hoje nós estamos vendendo commodity"**

10 | 11
MIN MAX

http://www.sistemafaep.org.br/arquivo/index.html?catalog=BI1440